

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 379

Período: 29/05/2010 – 04/06/2010

GEDES – Brasil

- 1- ONU investiga ação de tropa brasileira no Haiti
- 2- Paulo Vannuchi comenta julgamento do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos
- 3- Ministro da Defesa declara que relatório sobre os caças está em fase de conclusão
- 4- SNI teria atuado contra movimentos sociais no governo de José Sarney
- 5- Familiares de Jango são acusados de interesse financeiro relacionado à apuração de sua morte
- 6- Celso Amorim critica potências nucleares

1- ONU investiga ação de tropa brasileira no Haiti

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou uma investigação para apurar se houve violência excessiva na ação de uma patrulha brasileira da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que no dia 26/05/10 empregou balas de borracha, munição convencional e, segundo investigação inicial, 32 bombas de gás lacrimogêneo para controlar a situação de violência na Faculdade de Etnologia da Universidade do Haiti. Segundo o Exército brasileiro, os militares foram apedrejados por universitários e efetuou apenas "um disparo de advertência para o alto, como prevê a regra de engajamento da ONU". No entanto, o *Estado* apurou que havia no local diversas bombas de gás deflagradas e um buraco na fachada da universidade, supostamente provocado por disparo de fuzil. De acordo com David Wimhurst, porta-voz do representante especial das Nações Unidas para o Haiti, Edmond Mulet, "os militares brasileiros não deveriam ter entrado na faculdade". (*O Estado de S. Paulo – Internacional – 30/05/10*)

2- Paulo Vannuchi comenta julgamento do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos

Conforme noticiado no jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, declarou que não considera desrespeito à soberania brasileira o julgamento do país na Corte Interamericana de Direitos Humanos, no processo que tem o intuito de averiguar crimes contra os direitos humanos ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1975). Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, Marcia Poole, diretora-geral de comunicação da organização não-governamental Anistia Internacional, enfatizou que o Brasil necessita assumir a liderança na área de proteção aos direitos humanos, da mesma forma como atua na defesa das questões econômicas e no combate à fome. Para tanto, o país precisa combater o abuso da força por parte da polícia, reformar o sistema previdenciário, além de trazer a julgamento os crimes de violação aos direitos humanos, inclusive aqueles ocorridos durante o regime militar.

(Folha de S. Paulo – Opinião – 30/05/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/05/10)

3- Ministro da Defesa declara que relatório sobre os caças está em fase de conclusão

O periódico *O Estado de S. Paulo* publicou que, de acordo com Nelson Jobim, ministro da Defesa, o relatório que indicará qual o melhor modelo de caça supersônico para os objetivos brasileiros está quase finalizado. No entanto, os militares expressaram preocupações acerca da delonga na negociação, indicando que a proximidade das eleições presidenciais pode prejudicar a conclusão dos contratos do Projeto FX-2, que podem ultrapassar a cifra de 6 bilhões de dólares. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/05/10)

4- SNI teria atuado contra movimentos sociais no governo de José Sarney

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, durante o governo de José Sarney, presidente da República entre os anos 1985-1990, o Serviço Nacional de Informação (SNI), criado no início do regime militar (1964-1985), manteve-se ativo com a finalidade de espionar movimentos oposicionistas. A *Folha* obteve acesso a documentos cedidos pelo Arquivo Nacional sobre as ações do SNI durante primeiro governo civil pós-ditadura. O SNI possuía status de ministério e localizava-se muito próximo ao gabinete de Sarney, no Palácio do Planalto, em Brasília. Segundo os documentos, que foram mantidos em sigilo por 25 anos, os principais alvos das investigações do SNI eram grupos políticos de esquerda, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), membros da Teologia da Libertação, sindicatos e algumas pessoas da mídia. Para Priscila Brandão Carlos Antunes, professora do departamento de história da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o governo de Sarney, e não sua pessoa, pode ser considerado um governo militar, pois o SNI ainda considerava que muitas das ameaças ao Brasil estavam presentes no próprio país. Em entrevista à *Folha* no ano de 2002, o general da reserva Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI no governo Sarney, afirmou que não poderia revelar informações que a imprensa ainda não detinha no que tange a essa questão. Mendes ainda declarou ter incinerado todos os registros que tinha em sua residência. De acordo com o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército na época, os serviços do SNI eram rotineiros e todo presidente necessita de um serviço de inteligência para subsidiar suas decisões. No entanto, Gonçalves declarou que não sabia quais eram os “alvos” selecionados pelo SNI, pois o “chefe do SNI despachava com o presidente”. O general reformado Sérgio Augusto Coutinho, chefe do Centro de Informações do Exército (CIE) durante parte do governo Sarney, afirmou em 2009 para a *Folha*, que não se lembrava de ter assinado em julho de 1989 um documento sobre o MST. Tamoyo Pereira das Neves, general reformado e também ex-chefe do CIE no período citado, alegou em 2009 que não comentaria tais fatos e ainda declarou que sempre houve esse tipo de espionagem contra “organizações subversivas”. Ao responder para a *Folha*, José Sarney, atual presidente do Senado, afirmou que o SNI realizava um trabalho burocrático e foi orientado por Sarney a não “investigar a vida particular das pessoas”. No dia 31/05/20, Ophir Cavalcante,

presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pediu que tais documentos fossem abertos pelo governo federal. Em declaração, Sarney afirmou não ter recebido qualquer documento acerca de movimentações sociais e políticas, pois não mantinha uma relação próxima ao general Ivan de Souza Martins. (Folha de S. Paulo – Poder – 31/05/10; Folha de S. Paulo – Poder – 01/06/10).

5- Familiares de Jango são acusados de interesse financeiro relacionado à apuração de sua morte

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, os familiares de João Goulart (Jango), que exerceu a presidência da República no período 1961-1964, negaram qualquer interesse econômico relativo à apuração de sua morte. Christopher Goulart, neto de Jango, afirmou que não há relação entre a apuração da morte do avô e o processo em que os familiares requisitam aos Estados Unidos indenização de 4 bilhões de reais referente ao apoio norte-americano ao golpe militar de 1964. No entanto, o neto de Jango alegou que havia uma conspiração para matar o avô e que há possibilidade de que ele tenha sido assassinado, uma vez que os militares temiam seu retorno ao Brasil. (Folha de S. Paulo – Poder- 01/06/10)

6- Celso Amorim critica potências nucleares

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse em audiência pública no Senado que as potências nucleares, ao negociarem entre si uma condenação ao programa atômico do Irã, diminuem a credibilidade do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Isso porque as grandes potências não permitem que outros países saibam exatamente o que ocorre nas negociações. No entanto, Amorim afirmou que o Brasil cumprirá eventuais sanções impostas ao Irã pelo Conselho de Segurança. (Folha de S. Paulo – Mundo – 02/06/2010).

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br.

*****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, mestranda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego

Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Suellen Maiolli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Victor Missiato (Redator, mestrando em História)